

STJ00114990

**ANAMARA OSÓRIO SILVA**

# **JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E INTERNET**

editora  
*Del Rey*

Belo Horizonte  
2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

## EDITORA DEL REY LTDA

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Malheiros Fiuza  
(*in memoriam*)

**Coordenação Editorial:** Leticia Neves

**Diagramação e capa:** Alfstudio

**Revisão:** Alessandra Alves Valadares

**Editora:**

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24  
Centro – Belo Horizonte – MG  
CEP 30190-050

**Comercial:**

Tel.: (31) 3284-3284  
vendas@editoradelrey.com.br

**Editorial:**

Tel.: (31) 2516-3340  
editorial@editoradelrey.com.br

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchal  
Antônio Augusto Cançado Trindade  
Antonio Augusto Junho Anastasia  
Antônio Pereira Gaio Júnior  
Aroldo Plínio Gonçalves  
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho  
Dalmar Pimenta  
Edelberto Augusto Gomes Lima  
Edésio Fernandes  
Felipe Martins Pinto  
Fernando Gonzaga Jayme  
Hermes Vilchez Guerrero  
José Adércio Leite Sampaio  
José Edgard Penna Amorim Pereira  
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior  
Misabel Abreu Machado Derzi  
Plínio Salgado  
Rênan Kfuri Lopes  
Rodrigo da Cunha Pereira

---

S586j Silva, Anamara Osório  
Jurisdição internacional e internet / Anamara Osório Silva  
Belo Horizonte: Del Rey, 2022.  
XXIV, 471 p. – Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-00-37705-7

1. Direito internacional privado. 2. Internet.  
3. Jurisdição (Direito internacional público). 4. Direitos humanos - Proteção. I. Título.

CDU: 341.5

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	XVII
-----------------	------

## PARTE I

### PERSPECTIVAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NA SOCIEDADE DIGITAL A PARTIR DOS SEUS ELEMENTOS BÁSICOS

#### Capítulo 1

#### A COMPREENSÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NA ATUALIDADE.....

.....	3
1. Introdução: o conceito e o objeto da disciplina e sua relação com a sociedade digital.....	3
2. O Direito Internacional Privado no tempo: uma breve história sobre os métodos de constituição do Direito Internacional Privado .....	12
2.1. O sistema da personalidade das leis .....	13
2.2. O sistema da territorialidade das leis e as escolas estatutárias .....	16
2.3. Os sistemas de Savigny, Mancini e Joseph Story .....	21
2.4. O sistema de Pillet.....	28
2.5. A revolução americana.....	29
2.6. Outras formas de se desenvolver o método indireto baseado no conteúdo da lei .....	33
2.7. O método direto.....	36
2.7.1. O método direto de regulação internacional .....	36
2.7.2. O método direto particularista da lei local .....	40
2.7.3. O método direto das normas imperativas.....	42
2.7.4. O método direto do reconhecimento dos direitos adquiridos ...	45
3. A finalidade do Direito Internacional Privado: de um direito conflitual à gestão da diversidade.....	48
4.. O funcionamento estrutural da internet: a diversidade das relações jurídicas na rede.....	54

## Capítulo 2

O OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: A CONFLUÊNCIA ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO .....	59
1. O impacto da internet no Direito Internacional Privado .....	59
2. O dilema da territorialidade: o fato transnacional eletrônico .....	61
3. A governança da internet e seus múltiplos <i>stakeholders</i> .....	73
4. O fato transnacional eletrônico: a confluência entre o Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público .....	86

## Capítulo 3

A FINALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NA ATUALIDADE: A CONFLUÊNCIA ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E OS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DIGITAL .....	93
1. A expansão da matéria na Era da Informação e os direitos humanos envolvidos .....	93
2. A proteção de dados pessoais: o uso dos dados pessoais como fator econômico .....	99
2.1. A função econômica da internet: o usuário como consumidor de mercadorias e serviços .....	101
2.1.1. <i>Business-to-consumer e-commerce</i> (B2C) .....	103
2.1.2. <i>Business-to-business e-commerce</i> (B2B) .....	104
2.1.3. Transações financeiras pelo <i>Internet Banking</i> e <i>Mobile Banking</i> ..	105
2.1.4. <i>Consumer-to-consumer e-commerce</i> (C2C), <i>Direct-to-consumer</i> (D2C), <i>Consumer-to-business</i> (C2B) e a publicidade digital .....	105
3. A proteção às vítimas de delitos de direito público: os crimes cibernéticos e os crimes praticados através da internet .....	107
4. A proteção às vítimas de delitos de direito privado: as violações aos direitos de personalidade, aos direitos de autor e outras ofensas praticadas na internet .....	112

## PARTE II

**JURISDIÇÃO INTERNACIONAL NO DIREITO INTERNACIONAL  
E NO DIREITO BRASILEIRO**

## Capítulo 1

A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL.....	117
1. Aspectos gerais: conflitos de lei e conflitos de jurisdição.....	117
2. O conceito de jurisdição.....	124
3. A jurisdição internacional do Estado.....	127
4. Tipologias.....	136
4.1. A jurisdição geral e a especial.....	136
4.2. A jurisdição prescritiva, a de adjudicação e a de implementação.....	137
4.3. A jurisdição concorrente e a exclusiva.....	140
4.4. A jurisdição direta e a indireta.....	144
5. As fontes normativas da jurisdição internacional.....	145
5.1. As fontes normativas (regras) nacionais para a determinação da jurisdição internacional cível de acordo com a LINDB e o CPC brasileiro.....	145
5.1.1. Jurisdição internacional concorrente geral: o domicílio do réu ..	146
5.1.2. Jurisdição internacional concorrente especial: o cumprimento da obrigação no Brasil.....	148
5.1.3. Jurisdição internacional concorrente especial: a ação fundada em fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.....	149
5.1.4. Jurisdição internacional concorrente especial pela vulnerabilidade da parte: o alimentando.....	154
5.1.5. Jurisdição internacional concorrente especial pela vulnerabilidade da parte: o consumidor.....	156
5.1.6. Jurisdição internacional concorrente geral: a eleição do foro pelas partes.....	160
5.1.7. Jurisdição exclusiva.....	162
5.1.8. Conexão e litispendência.....	164
5.2. As fontes normativas internacionais para a determinação da jurisdição internacional cível.....	165

## Capítulo 2

**OS PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL****NO DIREITO INTERNACIONAL..... 169**

1. Aspectos gerais: as razões políticas, econômicas e jurídicas envolvidas na escolha da jurisdição e o papel dos princípios do Direito Internacional... 169
2. Os princípios que delimitam a incidência da jurisdição internacional... 175
  - 2.1. O princípio da territorialidade..... 175
  - 2.2. O princípio da proximidade..... 182
  - 2.3. O princípio da efetividade..... 185
  - 2.4. O princípio da submissão voluntária ..... 186
  - 2.5. O princípio da imunidade de jurisdição ..... 190
  - 2.6. A doutrina do *forum non conveniens* ..... 191
3. Os princípios que ampliam a incidência da jurisdição internacional..... 195
  - 3.1. O princípio da preservação da soberania ..... 195
  - 3.2. O princípio do acesso à justiça: o *forum necessitatis* ..... 196

**PARTE III**

**A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE INTERNET  
NO DIREITO COMPARADO, DE ACORDO COM AS FONTES  
INTERNACIONAIS E NO DIREITO BRASILEIRO**

## Capítulo 1

**NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ..... 205**

1. A jurisdição para prescrever, para adjudicar e para executar..... 205
2. As bases tradicionais da jurisdição para adjudicar ..... 212
3. A jurisdição sobre as pessoas e o *cyberspace*..... 231
4. A jurisdição de *enforcement*  
e o caso *Microsoft v. United States*..... 236
5. O *Cloud Act* e a cooperação jurídica internacional.  
A recusa pelo *free speech*..... 247

## Capítulo 2

NA UNIÃO EUROPEIA.....	257
1. Noções gerais: uma breve evolução do Direito Internacional Privado da União Europeia baseado no reconhecimento mútuo.....	257
2. As bases normativas da jurisdição para adjudicar.....	267
3. A jurisdição internacional cível no <i>cyberspace</i> .....	275
4. A jurisdição internacional e a proteção dos dados pessoais.....	290
5. A jurisdição indireta e a jurisdição de <i>enforcement</i> penal em matéria de dados eletrônicos: a decisão europeia de investigação em matéria penal e a proposta por uma ordem europeia de obtenção e conservação de dados ( <i>e-evidence</i> ).....	306

## Capítulo 3

AS FONTES INTERNACIONAIS NA MATÉRIA: A <i>HARD LAW</i> E A <i>SOFT LAW</i> INTERNACIONAL.....	323
1. O Conselho da Europa: A Convenção de Budapeste para o cibercrime.....	323
2. A Organização das Nações Unidas: a proposta por uma Convenção global em cibercriminalidade.....	336
3. A Conferência da Haia e as Convenções Processuais: a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras em Matéria Civil e Comercial e o Projeto sobre Jurisdição.....	347
4. Outras iniciativas: dos diálogos multissetoriais à construção de uma <i>soft law</i> internacional.....	354

## Capítulo 4

NO DIREITO BRASILEIRO.....	363
1. A jurisdição para adjudicar em matéria civil: a jurisdição internacional concorrente geral e especial para os fatos transnacionais eletrônicos. O domicílio da pessoa jurídica.....	363
2. O alcance da jurisdição de <i>enforcement</i> às pessoas jurídicas que prestam serviços no Brasil: o Marco Civil da Internet e a LINDB. O estatuto pessoal da pessoa jurídica.....	374
3. A jurisdição internacional e a proteção de dados pessoais: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	390
4. A neutralidade da internet e o exercício da jurisdição brasileira.....	398

## PARTE IV

**PELA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL SOBRE JURISDIÇÃO  
INTERNACIONAL DE ACORDO COM O FUNCIONAMENTO DA  
INTERNET E OS DIREITOS HUMANOS ENVOLVIDOS**

1. Os quatro pilares estruturais para uma teoria geral: o Direito Internacional, a preponderância das fontes internacionais, a proteção dos direitos humanos e a governança multissetorial da internet.....	403
2. As matérias abrangidas pelo novo modelo: ofensas aos direitos de personalidade e delitos em matéria cibernética. Proposta de exclusão: direitos de propriedade intelectual, industrial, marcas e patentes, direito antitruste e o consumidor .....	413
3. O modelo de jurisdição prescritiva: a preponderância do método direto de regulação internacional.....	422
3.1. A regência sobre os provedores estrangeiros de serviços de informação e comunicação: a jurisdição do local onde prestam serviços .....	428
3.2. A regência sobre os grupos econômicos de provedores de serviços de internet .....	433
4. O modelo de jurisdição para adjudicar: a jurisdição é <i>in personam</i> e não <i>in rem</i> .....	437
4.1. A jurisdição para adjudicar com base na ubiquidade da atividade cibernética: a jurisdição do local onde ocorreram os atos ou os efeitos do ato delitivo. O centro de interesse da vítima como critério suplementar da jurisdição cível.....	440
5. O modelo de jurisdição de implementação: a responsabilidade dos provedores de serviços de informação e comunicação e a entrega direta dos dados eletrônicos .....	444
6. Os princípios sobre a jurisdição internacional: o teste de confiabilidade do modelo.....	453
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	457
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	459